de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais / ARSAE-MG.

§ 1º Esta Resolução aplica-se ao controle da qualidade da água destinada ao consumo humano proveniente de sistemas e de soluções alternativas coletivas de abastecimento de água.

§ 2º Esta Resolução aplica-se ao controle da qualidade da água para consumo humano nas etapas de captação, tratamento, reservação e distribuição.

Art. 2º Para efeitos dessa Resolução, entende-se como:

I- controle da qualidade da água para consumo humano: conjunto de atividades exercidas regularmente pelo responsável por sistema ou por solução alternativa coletiva de abastecimento de água, destinado a verificar se a água fornecida à população é potável, de forma a assegurar a manutenção desta condição;

II- informações cadastrais: informações descritivas das unidades que compõem o sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água e dos processos correlatos;

III- informações detalhadas: registros individuais dos resultados de cada análise da qualidade da água, de acordo com os parâmetros e periodicidades estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

IV- informações resumidas: estatísticas descritivas do conjunto de registros individuais dos resultados de análises da qualidade da água; V- planilha digital editável: arquivo em meio digital cujo conteúdo é organizado de forma tabular, com linhas e colunas ordenadas, identificadas e padronizadas, com possibilidade de alteração e cópia de seu conteúdo;

VI- planilha digital não editável: arquivo em meio digital, cujo conteúdo é organizado de forma tabular, com linhas e colunas ordenadas, identificadas e padronizadas, sem possibilidade de alteração do seu conteúdo;

VII- sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a zona de captação até as ligações prediais, destinada à produção e ao fornecimento coletivo de água potável, por meio de rede de distribuição;

VIII- solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento coletivo destinada a fornecer água potável, com captação subterrânea ou superficial, com ou sem canalização e sem rede de distribuição.

Art. 3º Os prestadores de serviço de abastecimento de água devem enviar mensalmente à ARSAE-MG informações resumidas dos resultados das análises de controle da qualidade da água para consumo humano.

§ 1º As informações resumidas devem ser organizadas pelos prestadores em planilha digital editável, em arquivo único, no formato disposto no Anexo I.

§ 2º As informações resumidas devem ser enviadas à ARSAE-MG, em planilha editável com o seu respectivo arquivo não editável, até o final do mês subsequente ao de amostragem.

§ 3º As informações resumidas devem abranger e discriminar todos os municípios e localidades em que os prestadores atuam e os sistemas e soluções alternativas coletivas que operam.

§ 4º As informações resumidas dos resultados das análises da qualidade da água devem abranger os seguintes parâmetros, observando suas indicações, nos pontos de amostragens e frequência de acordo com o disposto na Portaria MS nº 2.914/2011 ou outro dispositivo de mesma finalidade que venha a substituí-la:

I- Cor;

II- Turbidez;

III- pH;

IV- Fluoreto;

V- Cloro residual livre, cloro residual combinado ou dióxido de cloro;

VI- Coliformes totais;

VII- Escherichia coli;

VIII- Ferro;

IX- Manganês;

X- Dureza total; e

XI- Cianobactérias.

Art. 4º Os prestadores de serviço de abastecimento de água deverão, mediante solicitação da ARSAE-MG, enviar informações detalhadas dos resultados das análises da qualidade da água para consumo humano.

§ 1º As informações detalhadas devem ser organizadas pelos prestadores em planilha digital editável, em arquivo único, no formato disposto no Anexo II.

§ 2º As informações detalhadas solicitadas pela ARSAE-MG deverão ser enviadas pelos prestadores em até 10 dias úteis, salvo disposição em contrário, contados a partir da data de solicitação.

Art. 5º As informações resumidas e detalhadas devem observar a frequência de análise estabelecida no plano de amostragem para cada parâmetro e em cada condição de operação, considerando mananciais superficiais e subterrâneos, segundo as disposições do Ministério da Saúde para o controle da qualidade da água para consumo humano.

Art. 6º Os prestadores de serviço de abastecimento de água devem enviar anualmente à ARSAE-MG informações cadastrais dos sistemas ou soluções alternativas coletivas.

§ 1º As informações cadastrais devem ser organizadas pelos prestadores em planilha digital editável, em arquivo único, no formato disposto no Anexo III.

§ 2º As informações cadastrais devem ser enviadas à ARSAE-MG até o final do mês de março de cada ano.

Art. 7º A ARSAE-MG poderá solicitar aos prestadores de serviço de abastecimento de água, a qualquer tempo, informações resumidas ou detalhadas contemplando outros parâmetros da qualidade da água estabelecidos na Portaria MS nº 2.914/2011 ou outro dispositivo de mesma finalidade que venha a substituí-la, além daqueles previstos no artigo 3º desta Resolução ou ainda informações cadastrais.

Art. 8º Os prestadores de serviço de abastecimento de água deverão manter cópia dos arquivos enviados à ARSAE-MG referentes aos últimos 24 meses.

Art. 9º Os Anexos I a III desta Resolução serão publicados na íntegra no sítio eletrônico da ARSAE-MG, cujo endereço é http://www.arsae.mg.gov.br/.

Art. 10. Esta resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2016.

Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso
Diretor Geral

08 895301 - 1

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário: João Cruz Reis Filho

Instituto Mineiro de Agropecuária

Diretor-Geral: Marcílio de Sousa Magalhães

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães

ATO Nº 349/2016 TORNA SEM EFEITO o ato 342/2016 publicado em 01/11/2016 de gozo de férias prêmio, no que se refere ao servidor JOSE DIONISIO FÉRREIRA SANTOS, masp 1017479-5, por ter sido publicado indevidamente.

ATO Nº 350/2016 TORNA SEM EFEITO o ato 124/2015 publicado em 27/05/2015 de licença paternidade, no que se refere ao servidor EDSON DE VETTE SANTOS, masp 1216849-8 por ter sido publicado indevidamente.
ATO Nº 351/2016 REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO nos termos da alínea “a” do art. 201 da Lei nº 869 de 5-7-1952, por 8(oito) dias ao servidor EDSON DE VETTE SANTOS, masp 1216849-8, a partir de 27-05-2015, para fins de regularização.

08 895549 - 1

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA
Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães

ATO Nº 348/2016 TORNA SEM EFEITO o ato 182/2016 publicado em 16/07/2016 de gozo de férias prêmio, no que se refere ao servidor JOSE MACEDO DO NASCIMENTO, masp 1017178-3, por ter sido publicado indevidamente.

08 895159 - 1

PORTARIA IMA Nº1672, de 8 de novembro de 2016.

Estabelece procedimentos para a gestão de documento e processos administrativos no âmbito do Instituto Mineiro de Agropecuária do Estado de Minas Gerais.O Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, incisos I e IX, do Decreto Estadual nº 45.800/11, e considerando a necessidade de uniformizar e racionalizar o procedimento de gestão de documentos e processos no âmbito deste Instituto.RESOLVE:Art. 1º - Instituir procedimentos Gerais referentes à Gestão de Documentos e Processos administrativos no âmbito do Instituto Mineiro de Agropecuária.Parágrafo único – O processo só poderá ser formado à partir de originais de documentos e cópia de documentos, desde que autenticada em conferência com o original.Art. 2º - Os documentos que comporão os processos são aqueles cujo conteúdo esteja relacionado ao objeto administrativo.
Art.3º - Os processos ou documentos serão encapados na cor palha, em modelo a ser disponibilizado pela unidade administrativa competente.
Art. 4º Os processos serão compostos por no máximo 200 folhas em cada volume, e a fixação dos grampos observará a distância de 2 cm, na margem esquerda, as folhas que excedam o limite fixado neste documento formarão outro volume.Parágrafo único – Não é permitido desmembrar documentos, e se ocorrer a inclusão de um documento que exceda as 200 folhas, este deverá iniciar um novo volume.Art. 5º - A retirada de folhas do processo deverá ser acompanhada do termo de desentranhamento certificando-se, no mesmo, o desentranhamento autorizado pela autoridade competente, não se procederá nova numeração das folhas.Art. 6º - O encerramento e abertura de novos volumes serão executados pela área administrativa interessada, mediante determinação de seu dirigente em despacho. A área administrativa interessada deverá providenciar nova capa e lavratura dos Termos de Encerramento e Abertura de novo volume.§ 1º - No volume encerrado, após a última folha do processo, inserir-se á o Termo de Encerramento de Volume, devidamente numerado.§ 2º - No volume a ser aberto, após a capa, incluir-se á Termo de Abertura de volume devidamente numerado, obedecendo-se a sequencia do volume anterior.Art. 7º - As folhas do processo deverão ser numeradas e rubricadas no canto superior direito, utilizando-se, para esse fim, carimbo próprio.§ 1º - A numeração deverá ser por folha e não por página.§ 2º - A folha número 1 do processo corresponderá à primeira folha do documento que o originou.§ 3º - A etiqueta de identificação no SIGED será aposta no canto inferior do lado direito da capa do processo.Art. 8º - Os documentos incluídos posteriormente no processo deverão ser numerados e rubricados pela unidade responsável pela inclusão.Art. 9º - Quando por erro ou omissão, se verificar a necessidade de correção de numeração de qualquer folha dos autos, inutilizar-se á a anterior, renumerando-se as folhas seguintes, sem rasuras, certificando-se a ocorrência.Parágrafo único - Será mantida a numeração original das folhas nos processos oriundos de outras Instituições, prosseguindo-se a sequencia numérica existente.
Art. 10 - Solicitação ou informação inerente ao processo deverá ser feita através de despacho em folha digitada, a ser (em) incluída(s) no processo.Parágrafo único - fica vedado o registro de anotações manuscritas nas folhas do processo.
Art. 11 - Os documentos pertinentes ao resultado de inspeção, plantas, planilhas, cds, disquetes e outros, poderão constituir anexos sempre que sua disposição à parte dos autos principais se dê por determinação normativa ou visando a organização do processo.§ 1º - Quando necessário, os anexos constituídos de CDs, pendrives, ou qualquer outro suporte material, deverão ser impressos.§ 2º - O anexo terá sua etiqueta de identificação com a inscrição anexo em segundo plano, em letras no tamanho de dez vezes o tamanho da fonte atribuída aos demais dados da etiqueta, recebendo numeração própria sequencial, com indicação do volume a que se refere.
Art. 12 - O encerramento do processo dar-se-á por indeferimento do pleito, atendimento da solicitação, por ter atingido a finalidade, cumprimento dos compromissos arbitrados ou dela decorrentes, e pela expressa desistência do interessado.
Art. 13 - Esta Portaria entra em vigor em 1º janeiro de 2017.Belo Horizonte, 8 de novembro de 2016.Marcílio de Sousa Magalhães,Diretor-Geral.

08 895512 - 1

<div> <div> </div> <div></div> </div> <div>Horizonte, 07 de novembro de 2016.</div> <div>Ricardo Augusto da Costa Campos</div> <div>Diretor Geral do IDENE.</div>
07 894986 - 1
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
Defensor Público-Geral: Christiane Neves Procópio Malard
Expediente
ATO DA DEFENSORA PÚBLICA GERAL <p>Nº 483/2016</p> A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no artigo 99 da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, e em conformidade com o disposto na Deliberação nº 005/2005, designa os Defensores Públicos Dr. Fábio Eugênio Vieira, MADEP 598-D/MG, Dra. Marina Gomes de Carvalho Pinto, MADEP 616-D/MG, e Dra. Daniela Duarte Quintão, MADEP 485-D/MG, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão proçessante encarregada de prosseguir na condução do procedimento administrativo disciplinar nº 0938.2302.2016.0.004. Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016. Christiane Neves Procópio Malard Defensora Pública Geral
08 895452 - 1
ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL <p>Nº 484/2016</p> A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, considerando parecer favorável do Corregedor-Geral, AUTORIZA o Defensor Público Carlos Frederico Rosignoli de Lima – Madep 781, a residir em comarca limítrofe à de sua atuação, nos termos do art. 1º, Parágrafo único, da Deliberação nº 016/2005. Revogam-se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016. Christiane Neves Procópio Malard Defensora Pública Geral
08 895453 - 1
ATOS DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL <p>ATO Nº 478/2016</p> A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, e c/c a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e o Decreto nº 46.754, de 12 de maio de 2015, EDUARDO ANDRADE DE OLIVEIRA, para o cargo de provimento em comissão, DAD-3, Código DP1101107, recrutamento amplo, desta Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
07 895041 - 1

Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Secretário: Murilo de Campos Valadares

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
Atos do Senhor Secretário

AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO
REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea “a” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, da servidora:
MASP 338.83-3 – Adriana Torido Serra Marins, a partir de 28/10/2016.

ALTERAÇÃO DE NOME

ALTERA O NOME, à vista de documento apresentado, da servidora:
MASP 338.873-3, de Adriana Torido Serra, para Adriana Torido Serra Marins.

08 895330 - 1

Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais

Ato assinado pelo Senhor Diretor Geral:

DISPENSA, nos termos do artigo 105, alínea “b”, da Lei 869, de 05 de julho de 1952, da Função Gratificada, FGI - 02 ER1100103, constante da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, Raimundo de Jesus Soares, Masp: 1032835-9, a contar de 17 de outubro de 2016, tendo em vista o afastamento preliminar à aposentadoria publicado em 25 de outubro de 2016.

07 895077 - 1

Atos assinados pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do DEER/MG: Concede, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 3379, publicada no “Minas Gerais” de 24 de abril de 2015, Adicional de Periculosidade ao servidor Auraldo Pereira da Silva, Masp 1032266-5 no período de 04/02/2016 a 10/02/2016.

Concede, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 3379, publicada no “Minas Gerais” de 24 de abril de 2015, Adicional de Periculosidade ao servidor Geraldo Magela de Sousa, Masp 1033739-2 no período de 04/02/2016 a 10/02/2016.

07 895078 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - SEDINOR.

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE.

O Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais revoga, o ato que atribui nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.537, de 23 de janeiro de 2011, a ARLETE PEREIRA, MASP 1386576-1, a Gratificação Temporária Estratégica GTEI-4 ID11000034, a contar de03/11/2016.
Revoga, o ato que atribui nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.537, de 23 de janeiro de 2011, a RAFAEL CARDOSO SANTOS, MASP 1391556-6, a Gratificação Temporária Estratégica GTEI-2 ID1100034, a contar de 03/11/2016.
Exonera, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, RAFAEL CARDOSO SANTOS, MASP 1391556-6, do cargo de provimento em comissão DAI-5 ID1100014, de recrutamento AMPLO, constante do Anexo X do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a contar de 03/11/2016.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016.
Ricardo Augusto da Costa Campos
Diretor Geral do IDENE.

07 894986 - 1

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensor Público-Geral: Christiane Neves Procópio Malard

Expediente

ATO DA DEFENSORA PÚBLICA GERAL

Nº 483/2016

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no artigo 99 da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, e em conformidade com o disposto na Deliberação nº 005/2005, designa os Defensores Públicos Dr. Fábio Eugênio Vieira, MADEP 598-D/MG, Dra. Marina Gomes de Carvalho Pinto, MADEP 616-D/MG, e Dra. Daniela Duarte Quintão, MADEP 485-D/MG, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão proçessante encarregada de prosseguir na condução do procedimento administrativo disciplinar nº 0938.2302.2016.0.004.
Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016.
Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública Geral

08 895452 - 1

ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Nº 484/2016

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, considerando parecer favorável do Corregedor-Geral, AUTORIZA o Defensor Público Carlos Frederico Rosignoli de Lima – Madep 781, a residir em comarca limítrofe à de sua atuação, nos termos do art. 1º, Parágrafo único, da Deliberação nº 016/2005.
Revogam-se as disposições em contrário.
Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016.
Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública Geral

08 895453 - 1

<div> <div> </div> <div></div> </div> <div>Horizonte, 07 de novembro de 2016.</div> <div>Christiane Neves Procópio Malard</div> <div>Defensora Pública Geral</div>
08 895452 - 1
ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL <p>Nº 484/2016</p> A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, considerando parecer favorável do Corregedor-Geral, AUTORIZA o Defensor Público Carlos Frederico Rosignoli de Lima – Madep 781, a residir em comarca limítrofe à de sua atuação, nos termos do art. 1º, Parágrafo único, da Deliberação nº 016/2005. Revogam-se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016. Christiane Neves Procópio Malard Defensora Pública Geral
08 895453 - 1
ATOS DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL <p>ATO Nº 478/2016</p> A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, e c/c a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e o Decreto nº 46.754, de 12 de maio de 2015, EDUARDO ANDRADE DE OLIVEIRA, para o cargo de provimento em comissão, DAD-3, Código DP1101107, recrutamento amplo, desta Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
07 895041 - 1

Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Onofre Alves Batista Júnior

Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Onofre Alves Batista Júnior

Expediente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
1-Pauta para a milésima noningentésima vigésima primeira reunião ordinária a realizar-se em 10 de novembro de 2016, sala de reunião do 7º andar, da sede da Advocacia-Geral do Estado localizada na Rua Espírito Santo nº 49.1.Processo 669361080.2-Wanda Luiza Fiorita da Silva-Conselheira Fabíola Elias..2.Processo229941080.3-Carlos Bernardo Ambrósio Reis-Conselheira Jussara Kele.3.Processo 483951080.0-Marcelha Regina Figueiredo Matos-Conselheira Fabíola Elias.
(Pauta republicada por incorreção na publicação do dia 08/11/16)

08 895182 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel PM Marco Antônio Badaró Bianchini

Expediente

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS:

no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo inciso II, do artigo 1º, da Resolução n. 3.806, de 10/03/2005, avocada pelo inciso III, do artigo 1º, do Decreto n. 36.885, de 23/05/1995; e considerando o previsto na alínea “c”, do inciso XVII, do artigo 7º, da Resolução n. 4.452, de 14/01/2016, e,

REFORMANDO POR INVALIDEZ

- resolve reformar, na Corporação, o n. 101.806-8, 1º Sargento QPPM Amaurílio José de Araújo, CPF. N. 785.246.796-20, do 18º BPM, a partir de 05/11/2015, nos termos do inciso I, do art.140 c/c o inciso II, § 2º, do art. 159, todos da Lei n. 5.301, de 16/10/1969 (EMEMG), com as

alterações da Lei Complementar n. 109, de 23/12/2009, com os proventos integrais de sua graduação atual, de acordo com o previsto na alínea “b”, inciso I, do art. 44, da Lei Delegada n. 37, de 13/01/1989, c/c os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 1º, da Lei Delegada n. 43, de 07/06/2000; §§ 10 e 11, do art. 39; art. 112 (ADCT), todos da Constituição Estadual/89, alterada pela Emenda Constitucional n. 57, de 15/07/2003, por ter sido considerado definitivamente inválido para qualquer serviço de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função, tanto na vida militar quanto na civil, por apresentar moléstia alienante e invalidante no estágio em que se encontra, não sendo moléstia profissional e nem decorrente de acidente de serviço, pela Junta Central de Saúde da PMMG, conforme laudo de Reforma de Ata n. 085, de 05/11/2015. Obs.: Deixa de ter direito a promoção por invalidez, por não preencher os requisitos previstos no artigo 217, da Lei 5.301, de 16/10/1969 (EMEMG).

REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA E PLENAMENTE

- resolve reformar, na Corporação, o n. 119.826-6, Cabo QPPM Marcelo de Souza, CPF. N. 135.316.288-52, do 12º BPM, a partir de 26/02/2016, nos termos do inciso I, do art.140 c/c o inciso II, § 2º, do art. 159, todos da Lei n. 5.301, de 16/10/1969 (EMEMG), com as alterações da Lei Complementar n. 109, de 23/12/2009, com os proventos proporcionais de sua graduação atual, de acordo com o previsto no inciso II, do art. 44, da Lei Delegada n. 37, de 13/01/89, c/e os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 1º, da Lei Delegada n. 43, de 07/06/2000, §§ 10 e 11, do art. 39; art. 112 (ADCT), todos da Constituição Estadual/89, alterada pela Emenda Constitucional n. 57, de 15/07/2003, por ter sido considerado incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função, por apresentar moléstias não profissionais, nem decorrentes de acidente de serviço, nem alienantes e nem invalidantes no estágio em que se encontram, podendo exercer atividades na vida civil, pela Junta Central de Saúde da PMMG, conforme laudo de Reforma de Ata n. 015, de 26/02/2016. Obs.: Deixa de ter direito a promoção por invalidez, por não preencher os requisitos previstos no artigo 217, da Lei 5.301, de 16/10/1969 (EMEMG).

- resolve reformar, na Corporação, o n. 134.480-3, Cabo QPPM Kleber Menezes Loloia, CPF. N. 043.386.176-24, do 25º BPM, a partir de 29/12/2015, nos termos do inciso I, do art.140 c/c o inciso II, § 2º, do art. 159, todos da Lei n. 5.301, de 16/10/1969 (EMEMG), com as alterações da Lei Complementar n. 109, de 23/12/2009, com os proventos proporcionais de sua graduação atual, de acordo com o previsto no inciso II, do art. 44, da Lei Delegada n. 37, de 13/01/89, c/e os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 1º, da Lei Delegada n. 43, de 07/06/2000, §§ 10 e 11, do art. 39; art. 112 (ADCT), todos da Constituição Estadual/89, alterada pela Emenda Constitucional n. 57, de 15/07/2003, por ter sido considerado incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função, por apresentar moléstia não profissional, nem decorrente de acidente de serviço, nem alienante e nem invalidante no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, pela Junta Central de Saúde da PMMG, conforme laudo de Reforma de Ata n. 096, de 29/12/2015. Obs.: Deixa de ter direito a promoção por invalidez, por não preencher os requisitos previstos no artigo 217, da Lei 5.301, de 16/10/1969 (EMEMG).

08 895151 - 1

ATOS DO DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CTPM/PASSOS – CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art. 7º, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art. 2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 161.329-8, ELISA DE FATIMA OLIVEIRA SILVA MELO, PEBIA - 24, a partir de 07/09/2016;

ATOS DO DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CTPM/BARBACENA – CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 120 dias, nos termos do art. 7º, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art. 2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 167.036-3, REGINA LÚCIA NARDY SANTOS, PEBIA - 24, a partir de 19/09/2016;

ATOS DO COMANDANTE DO 31º BPM – CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art. 7º, inciso XVII, da CF/1988, c/c o 2 do art. 2 da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n. 164.774-2, RAFAELA MARTINS DE CARVALHO, ASP